

A Assembléia de Deus e a política partidária de Feira de Santana

Igor José Trabuco da Silva*

“Tu não participarás¹”! Este era o lema evangélico ao se referir às atividades mundanas. Aqueles que fossem batizados, ou seja, renascidos com a palavra de Deus deveriam se ausentar do que fosse impuro. E era impuro o que se referisse às questões seculares (mundanas).

O pentecostalismo, marcado pela rigidez doutrinária e dos costumes, a exemplo da denominação Congregação Cristã, fundada em 1910, e da própria Assembléia de Deus, da qual seus fiéis são sujeitos da referente pesquisa, fundada em 1911, levavam esse lema ao “pé da letra”, em diversos sentidos da vida social e moral do fiel. Este deveria se ausentar do “mundo lá fora”, deixando de lado atividades pecaminosas, como as já ditas vestimentas que pudessem deixar o corpo em evidência, jogos de todos os tipos, aparelhos eletrônicos como televisão e rádio, entre outras atividades, a exemplo de lazeres como o cinema. O mesmo se aplicava para as atividades políticas. Significava uma forma de corrupção moral.

Abster-se do mundano era, portanto, uma das normas do grupo religioso da Assembléia de Deus. Os membros deveriam seguir as normas e doutrinas do grupo de forma a ter uma vida temente a Deus.

A vida, não apenas religiosa e espiritual, mas em questões morais e físicas eram inteiramente controlados pelo grupo religioso. Observa-se no grupo uma hierarquia bem definida. De um lado, a cúpula religiosa, composta pelo pastor e seu corpo de diáconos e presbíteros e de outro, o corpo de fiéis, ou leigos. De um lado os detentores de poder simbólico e estruturadores do campo religioso, do outro, os que aceitam esta construção estrutural e de poder.

Afirmamos que os fiéis não aceitam pura e simplesmente as condições de poder impostas pela hierarquia religiosa. Mas tal jogo de poder, de recusa e aceitação era interessante e conveniente para o fiel. Primeiro, por ele estar inserido em uma

* Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia.

¹ A afirmação “Tu não participarás” é utilizada por diversos autores que discutem o afastamento pentecostal do mundo, entre os quais CORTEN, André. *Os Pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil*. Rio de Janeiro. Vozes. 1996, p. 98. Não é portanto um aspecto exclusivo da AD.

comunidade, da qual tem participação. Segundo, por contribuir com o seu funcionamento.

Mesmo querendo se afastar do mundo, por mais metafórica que seja remeter-se às parábolas bíblicas, os membros de um grupo religioso, permanecem participando da vida cotidiana em suas questões sociais e culturais, em todos seus níveis. Portanto, não se abstém do mundo secular que renegam. Como afirma Cortén, a recusa não significa uma negação em seu sentido pleno. Há aí um jogo de interesses (CORTÉN, 1996).

Para os membros da Assembléia de Deus a participação na vida social de Feira de Santana se deu, sobretudo, por meio de entidades sociais, como creches, orfanatos, centros de recuperação. Este foi um meio do grupo galgar participação e destaque na região feirense, bem como de participar de questões políticas. A participação política indireta, através da assistência social e de pedidos a políticos de diversas colorações partidárias foi um desses caminhos.

Contudo, a entrada na vida política partidária, foi uma alternativa que o grupo religioso passou a encarar em Feira de Santana, de forma tímida, comparado a atuação assistencialista. É desta atuação político partidária que a presente comunicação dará ênfase nas páginas a seguir.

A participação assembleiana na política partidária feirense

A participação política no meio protestante era vista como um tabu, até mais ou menos a década de 1940. Poucos eram os grupos a participar de atividades político-partidária. No protestantismo histórico encontra-se exemplos isolados de religiosos a se candidatar a cargos políticos. Já no meio pentecostal, a atuação política relacionava-se como algo mundano e, portanto, não aceitável a um cristão.

Autores como Paul Freston, Antônio Pierucci e Reginaldo Prandi atribuem à mudança de comportamento da maioria evangélica, compreendendo protestantes e pentecostais ocupando cargos eletivos à Constituinte brasileira que teve sua organização a partir da abertura democrática, ou seja, a partir da transição do regime militar, iniciado em 1964, para o retorno democrático no País.

Paul Freston, em sua tese de doutorado, fez um apanhado da participação protestante, desde o período colonial até a abertura democrática para salientar que a

participação evangélica na política partidária ganhou força com a Constituinte de 1986. Para Freston, o crescimento evangélico, na década de 1980, possibilitou a descoberta de seu potencial eleitoral.

A representação evangélica multiplica-se em 1986 nas regiões Nordeste e Centro-Oeste onde antes quase inexistia. O predomínio no Sudeste nos anos 50 e 60 reflete seu caráter mais moderno e urbano, criando um eleitorado capaz de votar segundo critérios religiosos minoritários. Quando o campo se capitaliza, o protestantismo dessas regiões predominantemente pentecostal, descobre seu potencial eleitoral somente em 1986. (FRESTON, 1993: 169)

Freston abordou o crescimento evangélico nas regiões brasileiras, relacionando-o ao crescimento do protestantismo ao fenômeno urbano, que atingiu o Nordeste entre 1960 e 1970. Para o autor o crescimento da representação evangélica na política ocorreu graças a força pentecostal, principalmente das denominações da Assembléia de Deus (AD), Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) e Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

O contexto histórico de 1986 foi favorável a uma ampla expressão evangélica, como de diversos grupos e segmentos sociais. Foi, portanto, um fenômeno de expressão social e não exclusivamente evangélico. Isto não indica que a década de 80 foi a despertadora da consciência ou do peso eleitoral evangélico. Mas foi a oportunidade de uma maior expressão destes. Os evangélicos pentecostais já sabiam de seu peso eleitoral antes da década de 80 e demonstravam isto já a nível local. Tem-se como exemplo a Assembléia de Deus de Feira de Santana, que já possuía um número de evangélicos (sem contar os simpatizantes) significativo desde a década de 1960.

O ativismo político evangélico tem de ser medido pelas peculiaridades de cada cidade ou local, e observar seu contexto histórico. Sendo assim, o ativismo evangélico começou antes de 86, bem como antes da década de 80, tal como assegura e insiste Pierucci em afirmar que esta década foi a do ativismo evangélico. “É bem verdade que esta passagem não se deu do dia para a noite. Desde as primeiras eleições pluripartidárias, em 1982, havia sinais de que, nessas águas, algo se movia nesse sentido”.(FRESTON, 1993: 167)

Jonatas Meneses ao analisar a atuação política da Assembléia de Deus de Sergipe admite também que foi com a Constituinte que os evangélicos assembleianos

iniciaram sua atuação político-partidária. A isto chama de despertar pentecostal, seguindo a mesma linha de Paul Freston e Antônio Pierucci.

Para Meneses as décadas de 50 a 70 foram marcadas por uma possível neutralidade política, a qual explicou devido ao fatalismo religioso propoderante no meio evangélico, que determinou sua situação sócio-econômica, bem como a separação entre os elementos da religião e da política.

A prática da AD no Brasil e, de resto, a grande maioria dos pentecostais, foi, ao longo das décadas de 50, 60 e 70 marcada pela retórica de uma possível neutralidade. Os assembleianos (cúpula dirigente e fiéis) afirmavam nos seus discursos, com bastante veemência, a incompatibilidade entre a vida espiritual e a prática político partidária, preferindo, por uma razão de legitimidade religiosa, votar sem maiores comprometimentos. (MENESES, 1995: 39)

Mesmo fazendo um trabalho a nível local, já que analisou o grupo evangélico da AD de Sergipe, diferentemente de Freston e Pierucci, que analisam diversos grupos pentecostais a nível nacional, Meneses generalizou, em seu trabalho sociológico, a atuação evangélica a nível nacional, tal qual os dois sociólogos, esquecendo as especificidades em Sergipe, nos anos 80.

Os evangélicos da Assembléia de Deus de Feira de Santana já tinham, em pequena escala, na década de 1950, com o pastor Manoel Joaquim, uma tentativa de atuação político partidária, marcavam presença e espaço junto a grupos políticos e já pleiteavam cargos eletivos. Marcavam presença junto e internamente com os poderes públicos.

Portanto, não podemos atribuir uma neutralidade política aos anos antecedentes a 80, bem menos atribuir à Constituinte o despertar da consciência evangélica. Os evangélicos já tinham essa consciência política, contudo, buscavam administrá-la em meio as normas e doutrinas dos grupos evangélicos, sobretudo os de base pentecostal, que a negava. Com isto não pretende ignorar a Constituinte, mas afirmar que ela não foi fator determinante para o despertar da consciência política evangélica.

André Cortén analisou e bem estes conflitos entre religião e política e admitiu que mesmo negando o princípio de participação política, por a política pertencer ao âmbito mundano e que os evangélicos não deveriam ter contato. Aponta que estes limites eram tênues e os evangélicos acabavam por se imiscuir na política. (CORTÉN, 1996)

A Assembléia de Deus formou-se como uma das principais denominações pentecostais do País. Por ter sido formada enquanto a “Igreja dos Pobres” (NOVAIS, 1985: 79), reuniu um grande número de pessoas dispostas a conversão em águas batismais.

Segundo Freston, o Brasil é um dos grandes países de população assembleiana. Afirmou o autor que mesmo sendo alto o índice de assembleianos, a nível nacional, não há uma estimativa sólida de seu número. Portanto a política entrou nas atividades do grupo como forma de defender suas fronteiras, devido sua imensa dispersão geográfica pelo País e como forma de captar recursos para sua expansão religiosa, bem como disputar espaços na religião civil (FRESTON, 1993: 181).

Segundo os dados de 1990, os Estados Unidos possuem 2 milhões de assembleianos; nenhum País estrangeiro chega perto disso, exceto o Brasil, o qual registra 14.400.000 membros. Nem seus irmãos americanos escondem a descrença: ‘Os números brasileiros como registrado pela igreja nacional... são difíceis de verificar independentemente. O Brasil não realiza um censo nacional desde 1980’. Nossa estimativa seria em torno dos 7 milhões. A influência política está garantida por muito tempo, seja qual for o futuro. (FRESTON, 1993: 76).

Já Willian Read ao fazer um levantamento da quantidade de membros da AD, nas principais cidades brasileiras trás para Salvador, na década de 1960, o número de 4.483 assembleianos (READ, 1967: 128). Já Feira de Santana, na década de 80, tinha mais de 3.299 membros.

O que confirma que a Assembléia de Deus tinha conhecimento de seu potencial eleitoral, contudo permanecia reservada em razão de seu discurso auto-denominado apolítico. Discurso este não verificado na prática da denominação assembleiana feirense, pois a religião “insere-se na totalidade social, refletindo de forma não mecânica as mudanças que estejam ocorrendo na sociedade” (BOBSIN, 1984: 144).

Oneide Bobsin, que em sua dissertação de mestrado, estudou o universo religioso pentecostal em seus níveis sociais, culturais e políticos, afirmando que apesar dos discursos de apoliticismo, estes não se operam em uma atitude cotidiana, por mais que quisessem separar-se do mundo.

A política pertence à esfera do que é ‘mundano’, e a religião ao espaço do ‘não mundano’. Evidentemente, esta compartimentação da realidade não é tão estanque assim, como os pentecostais o querem. Pode-se fazer um trocadilho com a frase tão propalada pelos pentecostais: ‘separados do mundo’ para ‘separados no mundo’ (BOBSIN, 1984: 140).

É o que verifica Regina Novaes ao estudar os agricultores pentecostais que não se recusavam o espaço político dos Sindicatos dos agricultores, bem como não negavam as ofertas de barganha dos fazendeiros da região em troca de seus votos. Contudo, e afirmou a autora, isto não era prática da totalidade dos crentes da região de Santa Maria, aonde realizou seu estudo (NOVAIS, 1985: 132).

A entrada dos assembleianos feirenses na política partidária está associada a duas questões: uma de cunho processual, relativo às próprias atividades assistencialistas e de barganha e outra, que abrange os evangélicos de todo País com a veiculação de que os evangélicos deveriam votar nos evangélicos, de modo a conduzir melhor a nação brasileira. É correto afirmar que esse chamado de evangélicos votarem em seus pares ganhou força, a nível nacional, com o enfraquecimento do regime militar e a abertura democrática (SYLVESTRE, 1986).

Somou-se a isso a aproximação da cúpula com o público religioso e a comunidade, a estruturação do campo religioso em razão de mudanças estruturais nas cidades, a se observar pela urbanização, e a ameaça a liberdade religiosa e familiar que grupos protestantes já indicavam desde o período militar, devido a aproximação dos militares com grupos de umbanda e espíritas, bem como a oposição protestante ao catolicismo e seu receio de que o mesmo retornasse ao centro da política nacional, tal qual havia no Império Brasileiro.

Um outro fator, de relevante importância é a possibilidade de canalizar maiores recursos para obras evangélicas, como outros grupos viam fazendo na política. A presença de membros do grupo na política partidária significou a participação direta em prol de evangélicos e não a necessidade de barganhar junto a políticos não evangélicos. Isto não significou a eliminação da política de barganha. Ela coexistiu junto à presença evangélica em cargos políticos.

Freston elucidou bem os motivos desta aproximação entre religião e política ao afirmar que “a entrada pentecostal na política é um ato de defesa cultural: uma reação a mudanças no ambiente social que ameaçavam minar a capacidade de manter a cultura do grupo” (FRESTON, 1993: 216)

A entrada da Assembléia de Deus de Feira de Santana na política partidária não significou uma negação de seus valores religiosos. Esta participação envolveu as

transformações na sociedade, a citar, em contexto nacional, o golpe militar de 1964, que repercutiu relativamente de forma positiva entre os protestantes por significar, dentre outras coisas, uma perseguição ao comunismo ateu e a possibilidade de concorrência com o catolicismo.

A aproximação entre protestantes e o regime deve ser colocado em contexto. A tendência ascendente vinha desde 1946; o papel público dos protestantes cresceria entre 1964 e 1985 sob governos democráticos também. A questão é até que ponto a tendência foi acelerada pelo regime militar... Os evangélicos percebiam que o regime militar queria cooptar grupos religiosos subalternos de todos os tipos, inclusive seus rivais... O período militar é visto, hoje, por muitos evangélicos como o momento em que correntes espíritas e esotéricas ganharam espaço no Planalto (FREESTON, 1993: 158-9).

Ou seja, o regime significou uma possibilidade de entrada dos evangélicos no cenário nacional, pois o regime não se opôs aos protestantes, como estes não se opuseram ao regime. Seguindo seus princípios bíblicos, está nas leis o respeito às autoridades. Contudo, conforme afirmou Freston, não apenas os evangélicos foram beneficiados pelo regime. Outros grupos religiosos também foram. E os evangélicos queriam assegurar sua participação social no cenário brasileiro, em virtude de seu crescimento ascendente.

A atuação partidária do assembleiano Gerson Gomes

Gerson Gomes da Silva foi o primeiro candidato evangélico da AD a ingressar no mundo político. Gerson traçou uma longa carreira política como candidato a vereador, deputado estadual e prefeito em Feira de Santana. A candidatura de Gerson Gomes iniciou em 1951, mas só apenas em 1962 foi candidato a vereador, pelo Partido Republicano – PR, com o aval da cúpula diretora da AD e, tendo como um dos seus apoiadores Francisco Pinto, político feirense.

A candidatura formal de Gerson Gomes em 62 já indicava o despertar da consciência política assembleiana, que sabia do seu potencial eleitoreiro, como já tinha interesse em participar formalmente da política feirense. Gerson Gomes foi o escolhido pelo seu prestígio no meio evangélico, não só assembleiano, pois tinha contato e aproximação com lideranças evangélicas de outras denominações, além de ser conhecido em diversos distritos feirenses pelo seu trabalho missionário.

Ao voltar de São Paulo para Feira de Santana eu fui recebido já na gestão de Severino Soares, pessoa muito dinâmica, muito sociável e um dia ele me chamou. Nós estávamos orando na Igreja e ele me chamou lá na secretaria e disse: “Gerson, a Igreja vai lhe apresentar candidato a vereador”... Aí eu comecei um trabalho. Para que esse trabalho florescesse eu tive a oportunidade de trabalhar com um missionário americano chamado Rogério. O sobrenome dele eu não me lembro. Ele foi o fundador da Igreja Presbiteriana, na Rua Fernando Sampaio... E o pastor Rogério recebia de um certo órgão internacional chamado *Alimento para a paz*. Vinha alimento dos Estados Unidos, da Alemanha, da Finlândia, da Suécia... E esses alimentos vinham para Feira de Santana... Era uma pequena cesta básica da época e aí foi nascendo o desejo de servir, entendeu? E com esse desejo nascia a aspiração política².

O trabalho junto ao órgão internacional *Alimento para a paz* movimentou diversos grupos religiosos em Feira de Santana.

Ou seja, a carreira política de Gerson Gomes nasceu de uma coligação com a própria AD, a partir da indicação do pastor Severino Soares. Isto devido ao fato de Gerson Gomes ser um evangélico de conhecimento em Feira de Santana, por estar em contato com lideranças religiosas feirenses ou que estavam em solo feirense, como o pastor Filinto Barreto, da Segunda Igreja Batista de Feira de Santana e o pastor Antônio Limeira, da Igreja Fundamentalista. Este contato com lideranças religiosas o levou a outros setores denominacionais. Não apenas a AD. E a aspiração política não veio acompanhada de um projeto político.

O assistencialismo como mediação apareceu, assim, antes do trabalho político de Gerson Gomes adquirir uma postura partidária. E foi em torno deste trabalho assistencial para diversas entidades evangélicas, da qual se destacaram o Orfanato da Assembléia de Deus e o Centro de Recuperação Desafio Jovem, ambos da AD, que Gerson Gomes traçou sua carreira política. Carreira pautada com fundamento evangélico, como o mesmo admitiu em reunião na Câmara de Vereadores de Feira de Santana³.

Assim, a carreira política de Gerson Gomes iniciou já na década de 1960, com aval de seu grupo religioso, a Assembléia de Deus⁴. Em 1962 se candidatou a vereador

² Entrevista a Gerson Gomes em outubro de 2005.

³ *Atas da Câmara de Vereadores*. Feira de Santana. 20 abr. 1978.

⁴ Gerson Gomes já havia pleiteado cargo público nas eleições feirenses na década de 1950. Mas apenas em 1960 que sua candidatura, mesmo não tendo sido vitoriosa, contou com o aval evangélico e a figura do político Francisco Pinto.

pelo PR, perdendo a eleição. Em 1972, já no Regime Militar retornou a política e se elegeu vereador pelo MDB, do qual emendou o mandato, em 1976. Com a carreira em ascensão foi eleito deputado estadual em 1978. Em 1982 disputou o pleito, agora já como candidato a prefeito de Feira de Santana. O malogro das eleições e conflitos internos do partido levou a sua saída do MDB, passando para o PDS, como assessor de João Durval Carneiro, então governador da Bahia. Seu último cargo político foi como deputado estadual, pelo PFL (ex-PDS e atual Democrata).

Gerson Gomes retornou à política nas eleições de 72, sendo eleito vereador, como ele mesmo afirmou devido a penetração que tinha na área social, sobretudo evangélica e ao grande “círculo de amizades” que possuía. Possuía amizades tanto entre os evangélicos, como no meio evangélico. Além do já citado Francisco Pinto que o apoiou, Gerson Gomes teve o apoio de José Falcão da Silva para retornar à política em 1972. José Falcão era adversário político de Francisco Pinto no MDB, partido que os dois pertenciam. O que indica um trânsito de Gerson Gomes entre as diversas esferas emedebistas.

A aproximação inicial na política partidária por Gerson Gomes foi com Francisco Pinto. Gomes tinha uma grande penetração nos meios sociais feirenses, sobretudo entre os evangélicos, o que atraía Pinto, dada sua característica popular. Pinto adquiriu prestígio e reconhecimento político a nível nacional, sobretudo, quando de seu afastamento da prefeitura, com a instalação do regime militar e sua veemente rejeição ao regime. A eleição de Pinto para prefeito foi pelo PSD, em 1962. Portanto, ficou pouco tempo no poder até ter seu mandato cassado, sob a acusação de ter idéias esquerdistas. Pinto tinha atitudes por vezes radicais, não necessariamente de esquerda. Verifica-se isto ao se analisar o partido do qual Pinto fez parte no período, conforme o fez Igor Santos:

O PSD era um partido formado principalmente por donos de terra e pecuaristas. Talvez venha daí a predileção de Francisco Pinto, sendo ele mesmo originário de uma família de fazendeiros e donos de uma destilaria. Um partido bastante parecido com o nosso personagem, hábil negociador, eleitoralista e até mesmo com certa tradição coronelista (GOMES, 2007: 52).

A cassação de Pinto, junto à ação militar em Feira de Santana levou Gerson Gomes a se afastar da política, retornando a candidatar-se a um cargo eletivo em 1972 e ocupando uma vaga de vereador na Câmara Municipal, já pelo Movimento Democrático

Brasileiro – MDB. Partido do qual também fazia parte Francisco Pinto, um dos fundadores do MDB feirense e de notoriedade nacional, não apenas pela sua oratória política e de ataque ao regime militar, mas devido às acusações que constantemente proferia aos seus adversários políticos ou adeptos do golpe. A respeito disto o *Jornal Feira Hoje* reproduziu nota da *Revista Veja*, que ironizava a figura de Pinto:

Ao longo de uma agitada carreira política, o advogado Francisco Pinto, 48 anos, destacou-se por suas denúncias – que sempre fez, como vereador e prefeito em Feira de Santana, a cidade mais importante do interior da Bahia, ou como deputado federal pelo MDB – invariavelmente inflamadas, mas às vezes, ralas do ponto de vista da prova⁵.

O jornal era recorrente em apontar casos e escândalos políticos envolvendo Pinto, sobretudo com as ameaças que pairavam sobre ele de precatória⁶.

Colbert Martins foi também um dos principais nomes da política feirense dos anos 80 e 90, sendo até hoje reconhecido por sua atuação como prefeito e deputado estadual. Fez parte juntamente com Pinto da fundação do MDB e eram os principais caciques emedebistas.

O MDB fazia oposição ao partido governista, a Arena. Foi a fase do bipartidarismo. Portanto aqueles que não pertenciam ao partido do governo estavam no MDB. Era assim, este partido, um caldeirão de tendências, que incluía os democratas, os que colaboravam com a Arena, mas permaneciam na “oposição” e uma série de grupos menores de tendências as mais variadas. Portanto, podemos afirmar ser o MDB, de oposição, não necessariamente de esquerda.

A forma com a qual o MDB foi constituído, em pleno regime de ditadura, de imediato afastou a militância mais à esquerda da sua proximidade. Poucas exceções como o PCB, o PC do B e o MR-8, tentavam expressar o descontentamento popular com votos no MDB. (SANTOS, 2007: 80)

Não era também o partido coeso em suas ações e posturas. A própria diversidade de tendências aponta para essa falta de coesão política. O MDB de Feira de Santana foi, desta forma, se constituindo em duas tendências principais. A primeira, em torno de Francisco Pinto e Colbert Martins e a segunda, em torno de José Falcão da Silva.

⁵ *Jornal Feira Hoje*. Feira de Santana. 19 out. 1978, p. 2.

⁶ *Ibid.*, 25 out. 1978, p. 1.

Gerson Gomes tinha uma postura mais conservadora e alinhada aos valores evangélicos da AD, mesmo sendo excluído do rol de membros da AD, temporariamente, participava da tendência de Pinto e Colbert. Isso, contudo não evitou dele assumir coligação com Falcão. Mas isto foi com a abertura democrática e em outro partido, o PDS, que tornou-se mais adiante PFL, devido a perda de representação e apoio que Gerson tem no MDB, ou PMDB, com a abertura.

O *Jornal Feira Hoje*, constantemente demonstrava a cisão que havia no MDB, que apoiava sutilmente o partido governista. Uma das notícias mais emblemáticas que trouxe o Jornal ao se referir à crise do partido trouxe MDB versus MDB, quando o partido apoiou a eleição indireta do governador Chagas Freitas e do Senador Amaral Peixoto, no Rio de Janeiro, contrariando assim, seu princípio maior, de abertura democrática e eleições diretas. A atitude implicou em ameaça de anulação da convenção emedebista, não sendo concretizada, vale salientar.

A crise que se abate sobre o MDB da Bahia, ao contrário dos que muitos pensam, não é um privilégio do Diretório Regional. As atitudes, os atos e as decisões emedebistas vêm, há muito tempo, em plano nacional, cercadas de contradições e incoerências... Está, pois o MDB baiano envolto em nova crise, das mais sérias e das mais graves porque já passou, na sua tumultuada existência, desde que foi fundada⁷.

A situação de crise do MDB minava a própria articulação interna do partido, o que levou a uma série de disputas. Esta situação se acirrava em diversos momentos, com destaque em períodos eleitorais.

O ex-prefeito José Falcão da Silva considera que “está na hora do presidente do diretório local do MDB, o reconhecido líder e ex-deputado Francisco Pinto demonstrar o seu poder de liderança, comandando a campanha em alto nível, sem permitir nenhum divisionismo, o que redundará não somente em benefício da imagem partidária do MDB em Feira, mas na sua repercussão em todo cenário estadual e nacional. O ex-prefeito, que falava em nome também de Antonio Carlos Coelho, disse que espera que o prefeito Colbert Martins, “veja em todos os companheiros, senão os artífices, pelo menos operários que guiaram ao poder, e se abstenha de demonstrar preferências dentro da administração municipal, conservando a imagem que todos nós pregamos em praças públicas durante as campanhas eleitorais⁸”.

A convulsão no MDB feirense aumentou quando as oposições internas do partido tomaram grandes dimensões com o apoio de emedebistas da Câmara Municipal

⁷ *Jornal Feira Hoje*. Feira de Santana. 06 out. 1978, p. 2.

⁸ *Ibid.*, 19 jul. 1978, p.1.

a emenda dos arenistas, que retirava a autonomia do prefeito Colbert Martins em antecipar verbas orçamentais.

Gerson Gomes teve como político, uma postura solidária com seu grupo religioso da AD, mesmo estando afastado da Comunhão, por não acatar as rígidas normas e costumes do grupo, passando, por exemplo, a fumar, o que não era (e ainda não é) um comportamento aceitável.

Gerson Gomes não defendia apenas a sua denominação, mesmo estando afastado como fiel, mas os próprios interesses políticos, já que calcava sua “campanha no apoio que recebe dos seus companheiros de religião, mostrando os serviços que realizou em favor da Igreja protestante e do Orfanato Evangélico”⁹, bem como a concessão de áreas para os evangélicos junto ao prefeito. Defendia também os interesses políticos do grupo assembleiano, de manter sua hegemonia pentecostal em Feira de Santana, principalmente através de seu pastor, Severino Soares.

Severino Soares se fez presente em diversas reuniões da Câmara de Vereadores de Feira de Santana. Houveram também, na Câmara de Vereadores diversas menções e solicitações de terreno para AD e o Orfanato Evangélico¹⁰. As indicações freqüentes deveram-se a presença de Gerson na Câmara e ao peso da denominação religiosa assembleiana em Feira de Santana.

A candidatura de Gerson Gomes no MDB foi como vereador por dois mandatos consecutivos, de 1972 a 1976, e 1976 a 1978. Em 1978, em meio a uma série de conflitos no MDB, entre seus participantes e inúmeros conflitos de Gerson Gomes com Coelho por um pleito na Assembléia Legislativa¹¹, Gerson Gomes obteve maior apoio comparado a Coelho, sendo eleito deputado estadual¹².

Durante o mandato de Gerson Gomes, como deputado estadual, além de benefícios alcançados para a AD, e projetos de utilidade pública para instituições evangélicas, conseguiu proibir a inserção de material publicitário sobre o uso de

⁹ *Jornal Feira Hoje*. Feira de Santana. 03 out. 1976.

¹⁰ Encontramos referências a o pastor Severino Soares em e a AD em diversas atas da Câmara de Vereadores, como na de 26 de dez de 1977 e 04 de out de 1978.

¹¹ Foi eleito Luciano Ribeiro, juntamente com Gerson Gomes, pelo MDB. Antonio Coelho não se elegeu. Pela Arena foi eleito José Ferreira Pinto, protestante batista.

¹² Os conflitos e intrigas entre Gerson Gomes e Antonio Coelho aparecem tanto no *Jornal Feira Hoje*, como nas atas da Câmara de Vereadores de Feira de Santana.

cigarros industrializados, charutos e cigarros de palha, nas emissoras de televisão e rádio, bem como, nos impressos em revistas, jornais e *outdoor's*, no estado da Bahia¹³.

Indica-se por esta passagem o aspecto moral como um aspecto importante da política evangélica. A preocupação com aspetos físicos e morais sempre estiveram na pauta evangélica, mais que a preocupação com projetos políticos e fidelidade partidária. Gerson Gomes não fugiu a esta regra. (PIERUCCI, 1996)

Em 1982, Gerson Gomes foi o candidato do MDB, já PMDB, com a liberação do pluripartidarismo a concorrer a prefeitura de Feira de Santana. Teve o apoio de Colbert e Pinto, que o preferiram a Luciano Ribeiro, outro membro do MDB, devido a conflitos entre eles, pois na eleição para deputado estadual em 78, Luciano Ribeiro foi o preferido de Colbert e Pinto, em relação a Gerson Gomes.

Então devido a desentendimentos internos, Gomes ganhou o apoio deles para as eleições a prefeito de Feira de Santana . O concorrente da Arena, ou PDS, e que levou a prefeitura da cidade foi José Falcão da Silva, que era membro emedebista durante o bipartidarismo. O apoio a Gerson Gomes gerou reações de grupos de esquerda, do MDB ou recém saídos. (SANTOS, 2007: 132)

O apoio de Colbert e Pinto a Gerson Gomes não foi apenas por negação a candidatura de Luciano Ribeiro, mas a influência que Gerson Gomes tinha entre os grupos evangélicos na cidade feirense.

A possibilidade de eleição de Gomes foi principalmente pelo apoio que recebia de AD e outros grupos evangélicos na cidade. Além disso, conquistou votos por ter sido presidente local do MDB. Contudo, a candidatura a prefeito não obteve sucesso, levando José Falcão a prefeitura feirense.

Com a perda de espaço no MDB, Gerson Gomes foi para o PSD, que passou a ser PFL, sendo eleito a deputado estadual, em 1986.

No final do meu mandato a deputado estadual eu aceitei a candidatura de prefeito de Feira e perdi a eleição de prefeito. Fiquei dois anos, mais ou menos, fora da vida pública. Aí fui convidado pelo governador João Durval Carneiro para ser assessor social no gabinete dele. E foram três anos e meio quase de atuação política no gabinete do governador, que correspondeu a um super mandato de deputado estadual. No final do governo dele, ele disse. “Você vai ser deputado de novo. Vá trabalhar”. Eu fui candidato novamente

¹³ *Assembléia Legislativa*. Salvador. Projetos de Lei da Assembléia Legislativa de Salvador. Projeto de Lei 7837/89. 11 abr. 1989.

em 1986 e me elegi deputado estadual com quase o dobro da votação que havia tido no primeiro mandato como deputado e, dessa feita, eu já fui eleito deputado estadual pelo PFL, de modo quando eu encerrei a vida pública eu estava no PFL¹⁴.

Considerações

Verificamos uma falta de identidade partidária. A filiação ou aliança a grupos e personalidades políticas deu-se de acordo com a possibilidade de alianças e barganhas políticas. Esta transitoriedade traduz-se em uma falta de ideologia, típica não apenas dos políticos evangélicos, mas dos políticos brasileiros, tanto os de direita, quanto os de esquerda.

Outro membro da AD que conseguiu se eleger a Câmara Municipal, em 1982, foi Waldeir Pereira, que já chegou a ser pastor da AD. Contudo separou-se da denominação da AD ao seguir o pastor Carlos Tolentino, quando da fundação da Assembléia de Deus Missão Boas Novas, na década de 80.

O pastor Severino Soares também tentou êxito na política feirense. Conseguiu apenas na década de 90 um único mandato, como suplente. Isto se atribui a rejeição que os crentes tinham de votar no pastor, pois assim ele estaria se desvirtuando de questões regulares para assuntos profanos. Poderia assim comprometer a visão da denominação. O mesmo aconteceu com o pastor Manuel Joaquim, da AD, durante a década de 1950.

Portanto, a AD já tinha consciência de seu poder eleitoral desde fins da década de 60. Contudo, o contexto nacional não permitia uma ampla organização dos grupos sociais, o que incluía as organizações religiosas.

A conservação da ordem religiosa está profundamente associada à conservação da ordem política. Contudo estes campos não deixaram de entrar em conflitos, sendo que muitas das práticas sociais seculares foram reapropriadas pela religião e apoiadas pelo Estado.

A relação entre religião e política e como esta se estabeleceu no espaço interno do grupo assembleiano não está isenta de conflitos, ao contrário os conflitos moveram tais ações e o contexto social vivenciado, por este ser dinâmico. A identidade e as ações do grupo estão assim em um processo de fazer e refazer-se continuamente.

¹⁴ Entrevista a Gerson Gomes em outubro de 2005.

Referências

- CORTEN, André. *Os Pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil*. Rio de Janeiro. Vozes. 1996.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado. Unicamp. S.P. 1993.
- MENESES, Jonatas Silva. *A participação política da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Estado de Sergipe: estratégias e ações para um projeto político*. Salvador. UFBA, 1995.
- NOVAES, Regina Reyes. *Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania*. RJ. Ed Marco Zero. 1985.
- PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. Ed Hucitec. São Paulo. 1996.
- READ, William R. *Fermento religioso nas massas do Brasil*. Eerdmans Publishing Co. 1967.
- SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão: os Evangélicos, a Constituinte e a Bíblia*. Brasília. Pergaminho. 1986.